

Congressos (du) Vergonha nacional

Num de seus textos de teoria e prática econômicas, o poeta português Fernando Pessoa escreveu: "Salvo para as carreiras militares — em que há abertas especiais para a ambição e para a energia —, nenhum homem de verdadeira energia e ambição entra para o serviço fixo do Estado. Não entra porque não há ali caminho para a energia e muito menos para a ambição. O novelista americano Nathaniel Hawthorne marca isto com extraordinário relevo no prefácio do seu romance *A Letra Encarnada*. Formado, pois, de um conjunto de homens necessariamente inferiores nas suas qualidades de ação, o serviço público civil resulta universalmente incompetente e desleixado e, derivadamente em sociedade eivada de qualquer virus corruptor, mais corrupto que qualquer outro conjunto".

Se ao célebre poeta lisboeta fosse dada a oportunidade de partilhar com os brasileiros contemporâneos dos sacrifícios e frutos desta Nova República, ele teria certamente muitos motivos para crer que nosso povo, normalmente descrito como pacífico e ordeiro, tem como característica principal a falta de energia e de ambição. Pois não há quem não queira ocupar um emprego público ou dispor de uma sinecura na máquina estatal. A essa casta privilegiada — cada vez menos casta, por ser

dá a dia mais ampla, mas cada vez mais privilegiada — o Erário, administrado pela elite política, é distribuído de forma generosa. Não há disputas nem a competição do mercado de trabalho privado, mas, ao contrário, o direito de permanecer até a aposentadoria com os proventos e os benefícios que o cargo, quase nunca conquistado por concurso público, lhe outorga.

O caso do Congresso Nacional, descrito pelo *Estado* no domingo, chega a ser exemplar. O Congresso dispõe atualmente de 9.243 funcionários, dos quais 5.368 servem ao Senado e 3.875 à Câmara dos Deputados. Como há apenas 72 senadores, a absurda proporção é de 74 funcionários públicos, pagos pelos contribuintes, para cada senador em atividade. Entre os funcionários do Senado, 2.089 são estatutários e 1.124 regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isso quer dizer que praticamente dois terços deles pertencem à casta dos bem-aventurados acima do bem e do mal, com muitos direitos e pouquíssimos deveres.

Os funcionários estatutários têm garantia quase eterna de emprego. A lei protege até aqueles que não trabalham, ao contrário dos funcionários regidos pela CLT, passíveis de demissão sumária. É caso, por exemplo, de uma funcionária muito especial,

Roseana Sarney Murad, que, apesar de receber vencimentos do Senado, com sede em Brasília, mora, como é público e notório, no Rio de Janeiro. Esse grupo, contudo, é minoritário no Congresso. A reportagem do *Estado* registra, por exemplo, que, na Câmara, de quatro em quatro anos, os funcionários regidos pela CLT são transformados em estatutários, em episódios já batizados pelo ácido humor popular de "trens da alegria".

Os "trens da alegria", que começaram a partir desde os tempos do regime autoritário, são cada vez mais frequentes e abrigam sempre mais e mais passageiros. Notícia-se agora a transformação de funcionários públicos federais empregados pelo Poder Executivo à Constituinte, para a realização de tarefas especiais, em funcionários estatutários do Congresso, graças a um "jeitinho" brasileiro que será inserido nas Disposições Transitórias da nova Constituição.

Para tal episódio vale a cruel definição do poeta de *Mensagem* em seu texto contra a estatização do comércio e da indústria. "Estes elementos fixos, assim tão pouco aptos para o desempenho competente de qualquer função administrativa, ainda que subordinada, são dirigidos, nos estados modernos, por políticos profissionais, isto é, por indivíduos que subiram ao poder

por circunstâncias várias, em que a competência administrativa não entra, nem tem que entrar", escreveu Fernando Pessoa. "Aliás, quem tem uma notável competência administrativa emprega hoje a sua atividade em campos mais apropriados do que a governação dos países. E se em quase todas as nações assim acontece, assim sobretudo sucede naquelas onde a instabilidade governativa é acentuada; nenhum administrador verdadeiro se sujeita a administrar com risco de descontinuidade e interrupção."

Pessoa, no início do século, pegou muito bem o "espírito da coisa" do Brasil destes anos 80. O excesso de funcionários no Congresso Nacional é uma consequência natural da incompetência administrativa da elite política nacional, que, incapaz de encontrar caminhos seguros para o desenvolvimento da sociedade, se vê obrigada a cooptar multidões de indivíduos pelo empreguismo, como forma de continuar no poder. Os números apresentados pela reportagem do *Estado* sobre o Congresso, usado como cabide de empregos, expõem uma vergonha nacional. Até porque servem muito bem para medir o grau da ineficiência da elite encarregada de gerir os negócios do Estado brasileiro e, teoricamente, os interesses de nossa sociedade.